

Boletim Informativo – junho de 2018

Editorial

Prezados amigos e amigas da família do CEFEP, minha saudação fraterna.

A esta altura do ano letivo, os participantes da sétima turma já estão se preparando para mais um módulo da educação a distância, em parceria com a PUC-Rio. Espero que estejam bem empenhados e aproveitando bastante.

Nessa semana, fiquei feliz com a notícia de um grande número de ex-alunos do CEFEP presentes, em Belo Horizonte, no Encontro Nacional do Laicato do Brasil e oferecendo boa colaboração. Não é “fakenews”.

Estamos nos aproximando do período dos encontros regionais com os alunos/as da sétima turma. Ontem conversei com o Paulo Cesar, do Xingu-Pará, que está empenhado na preparação da reunião do grupo do Norte; a reunião será na sede da CNBB de Belém do Pará. Os outros grupos devem se encontrar: em Garanhuns-Pernambuco, a turma do nordeste e em São José dos Campos, a turma do sul/ sudeste e leste.

Vamos aproveitar bem, pessoal, desses encontros regionais para avaliação dos primeiros módulos de educação a distância, nos dispormos a novos passos, e aprofundarmos nossa fraternidade refletindo, em conjunto, sobre temas que possam nos ajudar a melhor exercer nossa missão de cristãos leigos/as.

O Ano do laicato é um apelo a sermos melhor seguidores de Jesus Cristo no Brasil em momentos tão complexos.

Padre José Ernanne Pinheiro,

Secretário Executivo do CEFEP



NOTA DA CNBB SOBRE O MOMENTO NACIONAL

A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB, solidária com os caminhoneiros, trabalhadores e trabalhadoras, em manifestações em todo território nacional, e preocupada com as duras consequências que sempre recaem sobre os mais pobres, conclama toda a sociedade para o diálogo e para a não violência. Reconhecemos a importância da profissão e da atividade dos caminhoneiros.

A crise é grave e pede soluções justas. Contudo, “qualquer solução que atenda à lógica do mercado e aos interesses partidários antes que às necessidades do povo, especialmente dos mais pobres, nega a ética e se desvia do caminho da justiça” (CNBB, 10/03/2016). Nenhuma solução que se utilize da violência ou prejudique a democracia pode ser admitida como saída para a crise.

Não é justo submeter o Estado ao mercado. Quando é o mercado que governa, o Estado torna-se fraco e acaba submetido a uma perversa lógica financista. “O dinheiro é para servir e não para governar” (Papa Francisco, Evangelii Gaudium, 58).

É necessário cultivar o diálogo que exige humilde escuta recíproca e decidido respeito ao Estado democrático de direito, para o atendimento, na justa medida, das reivindicações.

As eleições se aproximam. É preciso assegurar que sejam realizadas de acordo com os princípios democráticos e éticos, para restabelecer nossa confiança e nossa esperança. Propostas que desrespeitam a liberdade e o estado de direito não conduzem ao bem comum, mas à violência.

Celebramos a Solenidade do Corpus Christi, fonte de unidade e de paz. Quem participa da Eucaristia não pode deixar de ser artífice da unidade e da paz. O Pão da unidade nos cure da ambição de prevalecer sobre os outros, da ganância de entesourar para nós mesmos, de fomentar discórdias e disseminar críticas; que desperte a alegria de nos amarmos sem rivalidades, nem invejas, nem murmurações maldizentes (cf. Papa Francisco, Festa do Corpus Christi, 2017). O Pão da Vida nos motive a cultivar o perdão, a desenvolver a capacidade de diálogo e nos anime a imitar Jesus Cristo, que veio para servir, não para ser servido.

Conclamamos, por fim, todos à oração e ao compromisso na busca de um Brasil solidário, pacífico, justo e fraterno. A paz é um dom de Deus, mas é também fruto de nosso trabalho.

Nossa Senhora Aparecida interceda por todos!

Fonte CNBB

MANIFESTO DO CNLB

“Enquanto não forem radicalmente solucionados os problemas dos pobres, renunciando à autonomia absoluta dos mercados e da especulação financeira e atacando as causas estruturais da desigualdade social, não se resolverão os problemas do mundo e, em definitivo problema algum. A desigualdade é a raiz dos males sociais”. (Papa Francisco, EG 102)

Nós, participantes da XXXVII ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA do CONSELHO NACIONAL DO LAICATO DO BRASIL - CNLB, realizada em Belo Horizonte/MG, de 31 de maio a 03 de junho de 2018, refletimos profundamente as realidades do mundo e do Brasil, verificamos que o modelo de desenvolvimento econômico IMPOSTO ao povo brasileiro, aprofunda cada vez mais o empobrecimento e desigualdades da maioria da população, onde pessoas de todas as idades passam fome, não têm trabalho ou melhorias na qualidade de vida, para que se acumulem rendas destinadas ao capital financeiro.

Nosso país sofreu a deposição de um governo eleito pela maioria do povo brasileiro, substituído por um grupo que colocou o país na mão dos ricos e seus interesses. Por isso, além de não vermos legitimidade no processo político atual, discordamos das mudanças constitucionais IMPOSTAS com o congelamento dos investimentos nas políticas sociais e com a reforma trabalhista, e, da intenção de fazer a previdenciária. Isso destrói os avanços democráticos conquistados.

Nós, Cristãos Leigos e Leigas da Igreja Católica, sujeitos e protagonistas na Igreja e na sociedade, à luz do Evangelho e da Doutrina Social da Igreja, compreendemos que a dignidade humana, a democracia e o cuidado com a casa comum são o centro nesta construção da sociedade do Bem Viver.

Conclamamos, pois, todos os cristãos, a que assumam individualmente e nas instâncias organizativas, ações concretas que visem:

- Constituir um outro modelo de desenvolvimento que tenha em foco a distribuição da riqueza para todos e todas, assegurando o respeito ao meio ambiente;
- Defender, em comunhão com nossos bispos, eleições diretas, a efetividade da democracia participativa, resgatar a importância da participação política e “assegurar que sejam realizadas (as eleições) de acordo com os princípios democráticos e éticos, para restabelecer nossa confiança e nossa esperança. Propostas que desrespeitam a liberdade e o estado de direito não conduzem ao bem comum, mas à violência” (cf. nota da CNBB nº 269/2018);
- Romper com o círculo vicioso das más notícias, denunciar e combater o uso das “fake-news (notícias falsas);
- Mobilizar a sociedade para uma ampla reforma política com participação popular, que inclua o Poder Judiciário;
- Realizar a Auditoria Cidadã da Dívida Pública Brasileira;
- Defender uma reforma tributária que torne justa a tributação;
- Denunciar a criminalização dos movimentos populares;
- Resgatar e fortalecer a relação democrática entre sociedade e Estado;
- Implementar a Lei do Renda Cidadã;

➤ Combater as perseguições, prisões e injustiças políticas;

➤ Estimular os eleitores (cidadãos) a NÃO votar nos candidatos à reeleição que votaram nas Propostas de Emenda Constitucionais em desfavor do povo brasileiro e da democracia. Por fim, conclamamos

aos cristãos leigos e leigas a viverem a sua identidade, vocação, espiritualidade e missão na Igreja e na sociedade, sendo “fermento, sal e luz, até que tudo fique fermentado” (Mt 5, 13-14. 13,33)

CNLB, Belo Horizonte, 03 de junho de 2018

Os cristãos e a finança



“Quando a economia desacelera, os pobres consomem menos, enquanto os enriquecidos globais aumentam as remessas aos paraísos fiscais, denuncia o reformista papa Francisco”.

Em 2015, durante audiência no Vaticano, o papa Francisco disse que “o dinheiro é esterco do diabo”, acrescentando que, quando o capital se torna um ídolo, ele “comanda as escolhas do homem”.

Na edição de 17 de maio, L’Osservatore Romano registra a divulgação do documento *Oeconomicae et pecuniariae quaestiones*, elaborado pela Congregação para a Doutrina da Fé. O texto de 16 páginas contém “considerações para um discernimento ético acerca de alguns aspectos do atual sistema econômico-financeiro”. Aprovado pelo papa Francisco, que ordenou a sua publicação, o documento foi apresentado na sala de imprensa pelo arcebispo Luis Francisco Ladaria Ferrer e pelo cardeal Peter Kodwo Appiah Turkson.

Já na introdução o texto revela seu propósito de avaliar a supremacia dos mercados financeiros e suas consequências sobre a vida de homens e mulheres que habitam o mundo dos vivos: “A recente crise financeira poderia ter sido uma ocasião para desenvolver uma nova economia mais atenta aos princípios éticos e para uma nova regulamentação da atividade financeira, neutralizando os aspectos predatórios e especulativos, e valorizando o serviço à economia real.”

Ela continua: "Embora muitos esforços positivos tenham sido realizados em vários níveis, sendo os mesmos reconhecidos e apreciados, não consta, porém, uma reação que tenha levado a repensar aqueles critérios obsoletos que continuam a governar o mundo. Antes, parece às vezes retornar ao auge um egoísmo míope e limitado a curto prazo, que, prescindindo do bem comum, exclui dos seus

horizontes a preocupação não só de criar, mas também de distribuir a riqueza e de eliminar as desigualdades, hoje tão evidentes.”

"Está em jogo o autêntico bem-estar da maior parte dos homens e das mulheres do nosso planeta, os quais correm o risco de ser confinados de maneira crescente sempre mais às margens, se não de serem 'excluídos e descartados' do progresso... se queremos o bem real para os homens, o dinheiro deve servir e não governar!", finaliza. A nova economia comandada pela finança excita as esperanças e destrói as realidades.

As novas formas financeiras contribuíram para aumentar o poder das corporações internacionalizadas sobre grandes massas de trabalhadores, permitindo a “arbitragem” entre as regiões e nivelando por baixo a taxa de salários. As fusões e aquisições acompanharam o deslocamento das empresas que operam em múltiplos mercados. Esse movimento não só garantiu um maior controle dos mercados, como também ampliou o fosso entre o desempenho dos sistemas empresariais “globalizados” e as economias territoriais submetidas às regras jurídico-políticas dos Estados Nacionais. A abertura dos mercados e o acirramento da concorrência coexistem com a tendência ao monopólio e debilitam a força dos sindicatos e dos trabalhadores “autônomos”, fazendo periclitar a sobrevivência dos direitos sociais e econômicos, considerados um obstáculo à operação das leis de concorrência.

A liberalização da finança e a dominância do rentismo também produziram efeitos negativos nas finanças públicas. Primeiro, estimularam a multiplicação dos paraísos fiscais. A fuga sistemática das obrigações fiscais foi acompanhada da crescente regressividade dos sistemas de tributação.

A predominância dos impostos indiretos conferiu maior sensibilidade das receitas fiscais às flutuações da economia. Os sistemas fiscais tornaram-se desagradavelmente pró-cíclicos: quando a economia desacelera, os pobres aprisionados em seus territórios consomem pouco e pagam menos impostos. Enquanto isso, os enriquecidos

globalizados aceleram as remessas para os paraísos fiscais.

No livro *And – Phenomenology of the End*, Franco Bifo Berardi cuida das relações entre a novíssima revolução tecnológica e a financeirização: “Em suas etapas mais recentes, a produção capitalista reduziu a importância da transformação física da matéria e a manufatura física de bens industriais, ao propiciar a acumulação de capital mediante a combinação entre as tecnologias da informação e a manipulação das abstrações da riqueza financeira. A informática e a manipulação da abstração financeira na esfera da produção capitalista tornam a visibilidade física dos valores de uso (bens materiais) apenas uma introdução na sagrada esfera abstrata do valor de troca”.

Em 2013, o papa Francisco ofereceu aos católicos e cristãos a Primeira Exortação Apostólica *Evangelii Gaudium*. Assim como as encíclicas *Rerum Novarum*, de Leão XIII, *Mater et Magistra* e *Pacem in Terris*, de João XXIII, a exortação apostólica de Francisco abordava as vicissitudes e alegrias da vida cristã no mundo contemporâneo.

Os olhares do nosso tempo perderam de vista a ideia de comunidade cristã, expressão tantas vezes repetida no texto do papa e incrustada nas origens do cristianismo. Jacques Le Goff diz com razão que no cristianismo primitivo e no judaísmo a eternidade não irrompia no tempo (abstrato) para “vencê-lo”. A eternidade não é a “ausência do tempo”, mas a dilatação do tempo ao infinito.

Depois da encarnação, o tempo adquire uma dimensão histórica. Cristo trouxe a certeza da eventualidade da salvação, mas cabe à história coletiva e individual realizar essa possibilidade oferecida aos homens pelo sacrifício da cruz e pela Ressurreição. “Não nos é pedido que sejamos imaculados, mas que não cessemos de melhorar, vivamos o desejo profundo de progredir no caminho do Evangelho, e não deixemos cair os braços.”

O cristianismo – o mistério libertador da Encarnação – foi um divisor de águas na história da humanidade, um movimento revolucionário nascido das crueldades e das sabedorias do mundo greco-romano.

Em entrevista sobre seu filme *Satyricon*, Fellini desvelou a alma que se escondia no rosto de seus personagens no crepúsculo do Império Romano. As máscaras debatiam-se entre o tédio das concupiscências e as angústias da desesperança. Para o grande Federico, o filme escancarava “a nostalgia do Cristo que ainda não havia chegado”.

Tal como nos personagens de *Satyricon*, percebo nos católicos de hoje a nostalgia do Cristo que não voltou. Mas, creia-me o leitor, ele já esteve entre nós encarnado na simplicidade e na sabedoria camponesa de João XXIII e parece ter retornado no reformismo de Francisco.

Artigo de Luiz Gonzaga Belluzzo.

Fonte Carta Capital

Economia brasileira em 2018: estagnação e o recorde de 27,7 milhões de desocupados.

“Todo ser humano tem direito ao trabalho, à livre escolha de emprego, a condições justas e favoráveis de trabalho e à proteção contra o desemprego.” Artigo 23 da Declaração Universal dos Direitos Humanos (10/12/1948)



"A situação da economia brasileira é, indubitavelmente, crítica. O país tem uma grande crise fiscal, uma dívida pública que está saindo totalmente do controle, baixa taxa de poupança e investimento e baixíssima produtividade dos fatores de produção", escreve José Eustáquio Diniz Alves, doutor em demografia e professor titular do mestrado e doutorado em População, Território e Estatísticas Públicas da Escola Nacional de Ciências Estatísticas – ENCE/IBGE.

O artigo foi publicado por EcoDebate.

[Clique aqui e leia o artigo na íntegra.](#)

Fonte IHU

Medo, fome, noites ao relento e trabalho escravo: a travessia dos venezuelanos na fronteira norte do Brasil

O maior medo de Willian Rivero Zapata, quando chegou ao Brasil, não era ficar sem comida ou sem dinheiro. Essas angústias ele já havia encarado na Venezuela e

também nos mil quilômetros que separam Maturín, sua cidade natal no país vizinho, de Boa Vista, onde vive hoje em Roraima. Seu maior medo era que lhe roubassem uma

calça e uma camisa – seus únicos pertences além da roupa do corpo. Jovem, bem-humorado e cheio de energia, Willian sabia que, com sua experiência profissional, encontraria algum trabalho. Tem experiência como pedreiro, entende de elétrica e de hidráulica, sabe plantar, cuidar de gado e criar peixes. Porém, sem roupas, seria impossível.

Chegou em Boa Vista sem um centavo, dormiu na rua, tomou chuva, revirou lixo para se alimentar e dormiu por um tempo em um abrigo lotado e sem banheiro. Ao contrário do receio inicial, na rua ou no abrigo, Willian nunca foi roubado. Mas ele não poderia imaginar que, justamente ao conseguir trabalho, estaria ainda mais vulnerável a riscos que não conhecia.

Em um dos bicos, trabalhou por quinze dias e o empregador nunca lhe pagou. Depois, foi chamado para construir uma casa nos arredores de Boa Vista. Ele e dois amigos venezuelanos, Leonel del Jesus Meneses e José Leonardo Martinez Palma, trabalhavam “até o corpo aguentar”, sem descanso semanal. Eles dormiam a poucos passos da obra, em um barraco improvisado, construído por eles próprios com seis toras de madeira, chão de terra batido e um “teto” de lona. Dormiam em redes, sem água potável e sem banheiro. Ao lado da cama, uma lata servia como fogão. Quando chovia, dormiam úmidos por conta das goteiras. Desta vez, pelo menos Willian recebia o pagamento prometido, embora apenas parcialmente. O empregador descontava o valor das ferramentas de trabalho.

A situação em que viviam e trabalhavam era tão precária que o caso foi considerado como situação análoga à de escravos pelo Ministério do Trabalho. Após uma denúncia anônima, auditores fiscais foram à obra em abril deste ano e constataram condições degradantes. O responsável pela obra teria recebido, segundo os auditores, R\$ 62 mil pela empreitada e subcontratou os três venezuelanos por apenas R\$ 11 mil. Não houve nenhum tipo de contrato assinado, o acordo era apenas verbal, e o empreiteiro não ofereceu equipamentos de segurança.

Resgatados, os três venezuelanos tiveram a carteira assinada e rescindida, receberam as devidas indenizações trabalhistas, ganharam permanência no Brasil e terão direito a um seguro-desemprego por três meses caso não consigam emprego.

A exploração do trabalho de venezuelanos é uma preocupação frequente desde que o país mergulhou numa profunda crise econômica e social. No ano passado, de

acordo com a Polícia Federal, mais de 70 mil venezuelanos entraram no Brasil apenas por Roraima. Cerca de 29 mil cruzaram a fronteira em sentido contrário, já que muitos vêm para comprar remédios e comida e outros retornam à Venezuela pelas dificuldades que enfrentam em Roraima. O fluxo está em crescimento, só nos dois primeiros meses deste ano, mais de 24 mil

venezuelanos entraram no estado.

De acordo com a prefeitura de Boa Vista, há cerca de 40 mil venezuelanos na cidade – o equivalente a 10% da população total da capital. Muitos deles vivem em abrigos, na rua ou se concentram na praça Simón Bolívar, que ironicamente leva o nome do líder venezuelano

responsável pela independência do país, em 1811.



Trabalho forçado em fazenda de gado

Além da operação que resgatou Willian e seus dois colegas conterrâneos, outra ação constatou trabalho escravo em situações ainda piores com venezuelanos em uma fazenda em Roraima em fevereiro. Eles trabalhavam cerca de 10 horas diárias, sem descanso semanal e com salário mensal de R\$ 400. Além de ser inferior ao mínimo, os salários não eram pagos ao final do mês. “O empregador somente pagava os salários quando permitia que os empregados regressassem à Venezuela para visitar a família e levar alimentos”, diz o auto de infração. Um dos venezuelanos relatou aos auditores que pediu demissão, mas nem assim o empregador quitou os pagamentos, dizendo que ainda havia trabalho a ser feito. Por conta da retenção salarial e do isolamento geográfico, os auditores consideram que eles estavam submetidos a trabalho forçado. O flagrante foi na fazenda Nova Estrela, que tem cerca de 550 cabeças de gado e fica na região da Serra da Lua, município de Bonfim. Além do Ministério do Trabalho, a operação foi realizada em conjunto com a Polícia Civil. O grupo pretende intensificar as fiscalizações na região.

“Nós recebemos muitas denúncias de exploração do trabalho de venezuelanos. Infelizmente, esse número tem aumentado devido a essa situação do aumento no número de imigrantes venezuelanos”, afirma Andreia Donin, coordenadora da operação de fiscalização.

Fonte IHU

Migrantes e refugiados: "Proteger, promover e integrar". Papa Francisco

Expediente

Centro Nacional de Fé e Política “Dom Helder Câmara”
Secretaria: Av. W5 Norte SGAN Quadra 905 Lote C
Cep: 70790-050 Brasília-DF
Fones: (61) 3349 4623 (61)2103-8342
E-mail: cefep@cefep.org.br
Elaboração: Pietra Soares
Revisão: Pe. José Ernanne Pinheiro

Acesse o site do CEFEP

www.cefep.org.br

Você encontrará documentos, artigos atuais e notícias importantes relacionados à temática Fé e Política